

REVISTA BRASÍLIA: “VER O OUTRO NOS PRÓPRIOS OLHOS”

Elio Cantalício Serpa*

Resumo: Em 1942, o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra criou a *Revista Brasília*. Uma revista de cunho acadêmico e institucional, diferenciando-se de outras na sua concepção e destinada a um público específico. A publicação contou com o apoio do Instituto para a Alta Cultura da Propaganda Nacional, da Era Salazarista e o Brasil se constituiu em interlocutor básico. As preocupações fundamentais da *Revista Brasília* giraram em torno de questões relacionadas com a língua, com a história e com a literatura. O que se pretende neste artigo é dar visibilidade às condições de emergência da referida revista.

Palavras-chave: *Revista Brasília*, Portugal, Brasil

Abstract: In 1942, the magazine *Brasília* was made up by the *Instituto de Estudos Brasileiros*, a department at *Universidade de Coimbra*. Of academic and institutional contents, this magazine was different from the other magazines due to its conception and also because it was aimed to a specific public. This publication was sponsored by the *Instituto para a Alta Cultura da Propaganda Nacional*, an institution from the Salazar's government, and Brazil became a basic interlocutor. The main issues in the magazine were those related to language, history and literature. Thus, the foremost purpose here is to enlighten the conditions in which the *Brasília* magazine emerged.

Key words: *Revista Brasília*, Portugal, Brazil

A *Revista Brasília* foi uma publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra. Surgiu em 1942 e tinha como objetivo específico manter e estimular as relações culturais entre Brasil e Portugal. A publicação do primeiro volume contou com o apoio do Instituto para a Alta Cultura e do Secretariado da Propaganda Nacional, da Era Salazarista, e, nesta edição, o Brasil constituiu-se em interlocutor básico. Suas preocupações fundamentais referem-se, nos primeiros números até 1950, à questão da língua, da literatura e da História, mas não se limitam a isso. Aparecem publicações de relatos de viagens de estudos feitas por estudantes brasileiros a Portugal e de estudantes portugueses à Universidade de São Paulo, de documentos referentes ao passado histórico brasileiro, de discursos de brasileiros que visitaram a Universidade de Coimbra, de relatos de comemorações e homenagens. É uma revista de cunho acadêmico e institucional¹, diferenciando-se de outras na sua concepção e destinada a um público específico.

* Faculdade de História/UFG. Doutor em História Social. Produtividade em Pesquisa/CNPq.

¹ Terminologia utilizada por Martins (2001).

Várias questões poderiam ser colocadas para a compreensão da emergência da *Revista Brasília*. Evidentemente, elas não serão respondidas neste texto. Para isso, torna-se necessário saber a resposta à muitas indagações, entre elas: qual foi o envolvimento do Instituto de Estudos Brasileiros na organização e publicação da *Revista*? Como foi a trajetória de constituição da *Revista* no que se refere a suporte material, artigos, organizadores, participantes com artigos e resenhas? Houve alterações na forma de editoração e apresentação da *Revista* durante a sua existência? Como a *Revista Brasília* se inscreve no contexto político da época, ou seja, qual sua posição no que tange à constituição de uma política de controle da produção de imaginário no Brasil sobre Portugal e vice-versa? Com quem a *Revista* dialoga internamente? A *Revista* dialoga com as colônias portuguesas na África?, com os imigrantes portugueses no Brasil?, com a intelectualidade brasileira envolvida com a política nacionalista de Vargas e com a constituição do discurso da civilização brasileira (FRANCO, 1936)? Dialoga com a revista *Cultura Política*, produzida no governo Vargas?

O escopo deste texto será um pequeno percurso em relação às condições de emergência da *Revista Brasília*, e serão focados alguns pontos do olhar da revista em relação ao Brasil. Esse olhar tem especificidades. Sabemos que o iluminismo propôs uma pedagogia do olhar e do bem olhar. Em decorrência, todos fomos treinados para saber ver. A *Revista Brasília*, produzida pela intelectualidade da Universidade de Coimbra, traz como um dos pressupostos de sua existência “ver o outro nos próprios olhos”, o que demanda entender que não é qualquer olhar que pode atender essa propositura. Evocam para isso olhares especializados, como o do filólogo, do historiador, do geógrafo, entre outros. Sobressai na revista a ideia de crítica, adequando-se firmemente aos postulados da filologia. Pois o olhar do filólogo tem tradição, remonta à antiguidade clássica. Ao longo dos séculos, houve alteração em seu significado e função. O metiê do filólogo foi sempre polissêmico. Ele jamais deixou de ser um especialista qualificado para ler, ver e ver bem. Qualquer filologia? Pergunta-se. Não, para os filólogos da *Revista Brasília* interessava a filologia românica, que, segundo Edward W. Said (2007: 115),

deriva suas idéias metodológicas principais de uma tradição principalmente alemã de interpretação que inicia com a crítica homérica de Friedrich August Wolf (1759-1824), continua com a crítica bíblica de Hermann Schleiermacher, inclui algumas obras mais importantes de Nietzsche (filólogo clássico por profissão) e culmina com a filosofia muitas vezes laboriosamente articulada de Wilhelm Dilthey.

Em tempos de nazismo e fascismo, antes e depois da primeira guerra, grande quantidade de filólogos alemães estava obcecada com as origens tribais de seu novo Reich.

Na década de 1920, o Codex Aesinas acabou sendo tido como proto-história da nação e, por fim, “recuperar a Germania do Codex Aesinas, em 1936, teria sido uma vitória tão importante para Himmeler quanto as olimpíadas de Berlim e a recuperação da Renânia” (SCHAMA, 1996: 88). Era o momento em que queriam fazer acreditar, no mundo ocidental de tendência autoritária, que só os povos que conhecessem a raça de seus antepassados teriam futuro.

O primeiro número da revista traz uma apresentação do cardeal Patriarca, mentor espiritual do Salazarismo, na qual assegurava que “o Brasil toma consciência de si próprio, fiel à sua formação histórica e aberto às mais audaciosas conquistas do progresso – saúdo nele o herói dessa América cristã [...]” (PATRIARCA, 1942: 3). Mário de Figueiredo, amigo e defensor das idéias de António de Oliveira Salazar, fez uma pequena apresentação na qual registrou que: “Portugal e Brasil – que foram um só povo, são comandados pelo fundo da mesma história e do mesmo sangue [...]. As duas civilizações não podem ser divergentes: só podem ser paralelas” (FIGUEIREDO, 1942: 4). Por último, coube a J. da Providência Costa, diretor da Faculdade de Letras, apresentar os objetivos da *Revista Brasília*. Afirmava, então, que a revista tinha por finalidade:

[...] estreitar as relações culturais entre Portugal e o Brasil, quer divulgando no império português nomes ilustres do país irmão, quer contribuindo para o conhecimento do mundo brasileiro e dos seus valores e para esclarecimento de problemas históricos, literários ou científicos referentes ao Brasil e às suas plurisseculares relações com Portugal (COSTA, 1942: 5).

O propósito inicial da *Revista Brasília* inscreve-se num contexto muito próximo da relação de poder advinda de um passado – ex-metrópole/ex-colônia –, acentuadamente quando afirma a condição de esclarecedor de problemas históricos, literários e científicos – pressuposto de quem se alça à condição de construtor do “Quinto Império”, sonho acalentado durante a Era Salazarista.

No entendimento de Fernando Rosas (1995), o salazarismo reelaborou o conceito de Império, que passou a ser uma entidade natural/organicista, ou seja, um corpo com suas várias funções e uma cabeça (a metrópole); uma família unida na diversidade dos seus membros sob a autoridade natural do chefe que a guia, protege e ajuda, do qual há de receber as contrapartidas que lhe são devidas. O Império aparece como ser ontológico e como realidade transtemporal inerente à essência orgânica da Nação, como imperativo da raça e redescoberto por meio do encontro que o Estado Novo operava na nação, isto é, com o seu passado heroico. Desta concepção resultava uma dupla dimensão político-prática consagrada no Ato Colonial e

na Constituição, qual seja: a) centralização administrativa e financeira da política colonial no governo metropolitano e no ministério das colônias; b) nacionalização da exploração colonial e reforço da política do pacto colonial, amenizado pela preocupação equilibrante do regime entre os interesses econômicos metropolitanos e os da burguesia colonial (ROSAS, 1995: 21-2).

De forma diferenciada, porque não analítica, mas panfletária, Augusto Costa, em 1937, abordou a questão do Império na revista *Nação Portuguesa*, apelando para o apoio dos intelectuais à idéia de Quinto Império, enfatizando a necessidade fundamental de uma obra de cultura e de direção das massas por um escol consciente e ordenado. Para tanto, lançou os “Dez imperativos do Quinto Império”. Entre os dez imperativos, o autor cita o Brasil, dizendo que: “Para assegurar a perenidade do Império, Portugal tem de estreitar cada vez mais as suas relações com as províncias ultramarinas e colônias distantes, procurando que o Brasil seja, do outro lado do Atlântico, o depositário e continuador da civilização portuguesa” (COSTA, 1934: 191).

Pode-se inferir que, na sua proposta, a *Revista Brasília* via o Brasil como exemplo da capacidade administrativa de Portugal, que deveria ser glorificado pelos brasileiros e portugueses. Esse é o lugar comum que não se pode deixar de levar em consideração. O Brasil era visto como continuador das tradições portuguesas para além-mar. Questiona-se: esse discurso teria relação com suas colônias na África? com sua situação interna? como? O Brasil seria o espelho cuja imagem refletida glorificava as ações político-administrativas de Portugal ao longo de sua história colonialista. “Ver o outro nos próprios olhos” implica a aplicação de uma pedagogia do olhar. O iluminismo orientou a prática do olhar e, a partir daí, emergiram suportes técnicos para colocar em uso a estratégia do bem olhar para controlar, educar, dispor. Se os jornais parecem ter-se constituído em panópticos multipresentes, instituindo condutas e sociabilidades no interior da sociedade, a *Revista Brasília* segue a trilha e dirige-se a um público específico, o universitário. Para olhar e controlar a preservação da tradição histórica, esteve sempre em destaque, na *Revista Brasília*, o discurso do legado: os portugueses católicos, trabalhadores e despidos de preconceitos raciais legaram aos brasileiros sua “índole” e isto justificava a continuidade de Portugal no Brasil, fortalecendo “a comunidade rácica que é espiritual, cristã e civilizadora” (CAYOLLA, 1942: 23).

A Universidade de Coimbra, emblema que fora do poder político cultural português no governo de Salazar, constituir-se-á num espaço de produção de memória dos tempos áureos ressignificados para atender os interesses do presente. Desta universidade, saíram Salazar e muitos outros que transitavam na esfera do poder, constituindo-se em suportes básicos da

política cultural e colonial do império português salazarista. Salazar, em uma sessão realizada em Lisboa, no Teatro São Carlos, de iniciativa da Associação Escolar Vanguarda, afirmou: “quando se pensava que a ditadura tudo esmagaria numa aventura de violência militar, vê-se o governo quase exclusivo do professorado superior, a força a servir a justiça, a improvisação a ceder definitivamente o passo à preparação científica” (SALAZAR *apud* TORRALBA, 1999: 107). Para Luis Reis Torgal (1999: 72),

[...] surgia, assim, um Estado nacionalista assente na idéia de império, neste caso um império colonial já existente, que se considerava necessário conservar, pois era tido como um elemento de identificação da nacionalidade lusitana, civilizadora, ocidental, cristã. O militarismo, próprio do tempo, como em todos os fascismos com a defesa da pátria e com uma militância anticomunista, tem como componente a idéia de Império forjado pela tradição histórica, cujos símbolos de referência são a bandeira de D. João I, a cruz de Aviz ou a Cruz de Cristo.

Na Era Salazarista, o Instituto de Estudos Brasileiros surgiu diante do imperativo da “necessidade de aumentar e dirigir melhor a ação cultural brasileira exercida entre nós”. A criação foi uma proposição do doutor Providência Costa dirigida ao Conselho da Faculdade de Letras, em 03 de fevereiro de 1941, solicitando que a Sala do Brasil, solenemente inaugurada em 07 de dezembro de 1937, passasse a ter o nome e as funções de Instituto de Estudos Brasileiros, sendo definido que o

Instituto de Estudos Brasileiros, além de iniciar a publicação da Revista Brasília, de enriquecer o acervo bibliográfico, promoveria conferências de professores eruditos, homens de ciência e de letras de Portugal e do Brasil sob os mais variados aspectos da vida, da história, da literatura e da cultura brasileiras para incrementar o intercâmbio luso brasileiro (CARVALHO, 1943: 3).

Desde os anos iniciais da república, a intelectualidade portuguesa procurou, por meio de suas escritas, colocar em evidência o caráter científico das navegações e a importância de Portugal como país descobridor de mundos. Jaime Cortesão, na revista *Seara Nova*, escreveu um artigo no qual procura mostrar o papel de Portugal no mundo com a divulgação da ciência náutica, concluindo que os descobrimentos “não provocaram apenas o alargamento no mundo físico e econômico, mas no do espírito. Assim, todas as nações marítimas e colonizadoras que desde o século XVI seguiram o exemplo de Portugal aprenderam na escola náutica portuguesa” (CORTESÃO, 1930: 42).

Não se pode deixar de considerar que a produção da *Revista Brasília* e as escritas por ela geradas têm sua condição de emergência em um contexto vincado por práticas culturais autoritárias. É oportuno o que diz Barthes sobre escritas políticas ao afirmar:

não há dúvida de que cada regime possui a sua escrita, cuja história ainda está por se fazer. A escrita por ser a forma espetacularmente engajada da palavra, contém ao mesmo tempo, por uma ambigüidade preciosa, o ser e o parecer do poder, o que ele é e o que ele queria que se acreditasse que fosse (BARTHES, 2000: 23-4).

Os nacionalismos vigentes no século XX propugnam por uma incessante busca de autonomia cultural que desemboca na constituição e afirmação da identidade nacional. São reflexões trabalhadas por uma imensa quantidade de trabalhos, mas que balizam a produção de suportes culturais para dar conta dos intentos nacionalistas e autoritários. Foi então em decorrência desses processos de afirmação de identidades nacionais que se consolidou um conjunto de instituições políticas com o papel de celebrar e de preservar os valores e os símbolos inscritos nesse afã aglutinador e excludente do “semióforo nação” (CHAUÍ, 2000). Instâncias como as revistas, os prêmios, as editoras, as academias de letras, os institutos históricos, os congressos e as exposições formam uma teia institucional que coloca em relação a produção, a legitimação e a autonomia daquilo que foi largamente chamado de cultura nacional.

A proximidade ideológica entre o Estado Novo brasileiro e o português deve ser tomada como problema. O desejo de Salazar de valorizar o passado colonial português voltava-se para o enfrentamento da questão colonial: doravante não mais fazia sentido a dicotomia entre metrópole e colônia, pois pretendia-se a integração das colônias no corpo da nação (JOÃO, 2002: 693). A aproximação com o Brasil representava uma estratégia de utilização do passado colonial, no claro intuito de demonstrar o laço fraterno que unia os dois povos em uma mesma cultura, a luso-brasileira. Finalmente, pretendia-se demonstrar, na ritualização da história, que a unidade luso-brasileira poderia ser tomada como referência para a redefinição dos laços entre Portugal e suas colônias. O Estado brasileiro recebeu afetosamente os afagos do regime salazarista, aceitando participar da Exposição do Mundo Português, em 1940, na condição especial de país-irmão, já que o Brasil foi o único país independente convidado. O empreendimento comemorativo reabria o debate acerca da presença dos portugueses na formação da identidade nacional, uma discussão complexa que acompanhou a passagem do Império à República e constituiu campo de polêmicas infundáveis (RAMOS, 2001).

Em época de nacionalismo exarcebado e autoritarismo gritante, a produção da *Revista Brasília* poderá ser lida neste campo de forças, no qual o país criador de nacionalidades tem a posse do discurso da língua legítima, criando embates na forma de constituição de signos de distinção, de controle e também de notoriedade na relação com os dissensos internos

(referentes a Portugal) e com o outro, que pode ser a ex-colônia, a colônia ou os países vizinhos.

Esta obsessão da afirmação da presença de Portugal no Brasil não encontrava ressonância significativa pelo fato de que, no Brasil, durante a Era de Vargas, os historiadores, segundo Ângela de Castro Gomes (1996), estavam fazendo uma leitura diferente do significado do “passado” na construção da nacionalidade. A idéia de passado assentava-se na tradição historiográfica e se propunha a afirmar uma concepção cronológica de tempo. O passado não coexistia com o presente e não fornecia uma essência para o futuro: ele não é um passado vivo. O passado é um antecedente esclarecedor do presente e do futuro, embora não os contenha em germe ou essência (GOMES, 1996: 162). É certo que os historiadores enfocaram como lócus primordial de suas pesquisas e de revelação de fontes o passado colonial brasileiro. Isto implicava defrontar-se com a presença portuguesa no Brasil.

A *Revista Brasília* publicou uma série de artigos enquadrados nos campos de filologia, história, geografia e literatura, entre outros. Uma leitura rápida de alguns volumes permite dizer que são publicados textos com a intenção de revelar documentos ou de mostrar o papel de pessoas e instituições portuguesas na construção cultural do Brasil. A colônia é instituída como instância mítica onde se originou a nação brasileira, onde se estruturou a organização político-administrativa do Brasil. Os textos destacam o papel do catolicismo no erguimento da nacionalidade brasileira por intermédio da Companhia de Jesus. A religião segundo os princípios do catolicismo constitui-se em ancoradouro para o desenvolvimento do nacionalismo que se articula com o Brasil por meio do grupo ligado a Jackson de Figueiredo. Defendia-se o resgate da cristandade, que no século XVI constituiu-se em mola propulsora e aglutinadora do expansionismo marítimo português e dos povos que despontaram para o mundo.

Outros artigos mostram discordâncias com escritores brasileiros como, por exemplo, o artigo *Senhora de Pangim*, de Alfredo Pimenta, em que polemiza com Gustavo Barroso, que escreveu um livro intitulado *A Senhora de Pangim*. Pimenta argumentou que Gustavo Barroso não utilizou como fonte o livro de Frei João de São Pedro, em dois volumes, intitulado *Teatro Heroico, Abecedário Histórico, Catálogo das Mulheres Ilustres em Armas, Letras, Ações heróicas e Artes liberais*, publicado em 1736 e 1740. Considerou a Carta Régia utilizada por Gustavo Barroso “pura fantasia”. Discordou da data em que o rei D. João V premiou dona Maria Úrsula de Abreu e Lencastro com a doação da Capitania do Paço de Pangim. Em todo o texto, Alfredo Pimenta se põe a corrigir os equívocos da obra de ficção de Gustavo Barroso. Ele termina o artigo dizendo que não acredita que Maria Úrsula tenha conseguido ludibriar

soldados e amigos por um período de catorze anos, disfarçando seu sexo. Concluindo, a *Revista Brasília*, de cunho institucional, dirigida ao público acadêmico, deslocou seu olhar para a produção intelectual brasileira. Filólogos projetavam seus olhares, instruídos no interior dos cânones da filologia nacionalista, para lugares fundamentais como a língua, a literatura, a história e a geografia. Como vozes autorizadas diziam o que era verossímil calcado no pressuposto de criadores de nacionalidades. O passado colonial reverbera e se rearticula com o autoritarismo presente nos primeiros momentos da publicação da revista Brasília.

Referências

- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. São Paulo: M. Fontes, 2000.
- CARVALHO, A. Pinto de. A propósito do vocábulo Brasília. *Revista Brasília*, v. 2, 1943.
- CAYOLLA, Júlio O Brasil: Terra Lusíada. Lisboa: s/ed, 1942.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2000.
- CORTESÃO, Jaime. O papel de Portugal na história da civilização. *Seara Nova*, n. 212, p. 130-159, jul. 1930.
- COSTA, Augusto. Apologia do império português. *Nação Portuguesa*, v. X, p. 191-230, 1934.
- COSTA, J. da Providência. Apresentação. *Revista Brasília*, Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros/Faculdade de Letras, v. I, p. 3, 1942.
- FIGUEIREDO, Mário. Apresentação. *Revista Brasília*, Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros/Faculdade de Letras, v. I, p. 4, 1942.
- FRANCO, Affonso Arinos de Mello. *Conceito de civilização (sic) brasileira*. São Paulo: Nacional, 1936.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- JOÃO, Maria Isabel. *Memória e império: comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbekian, 2002.
- MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revistas: imprensa e práticas culturais em tempos de república – São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001.
- PATRIARCA, Cardeal. Apresentação. *Revista Brasília*, Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros/Faculdade de Letras, v. I, p. 3, 1942.
- RAMOS, Maria Bernadete. A intimidade luso-brasileira: nacionalismo e racismo. In: RAMOS, Bernadete; SERPA, Élio; PAULO, Heloísa. *O beijo através do Atlântico*. Chapecó: Argos, 2001.
- REVISTA Brasília. V. I. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros/Faculdade de Letras, 1942, p. 3.
- ROSAS, F. Estado Novo, império e ideologia imperial. *Revista de História das Idéias*, n. 17, p. 21-2, 1995.
- SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- TORGAL, Luís Reis. *A universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva, 1999.